

**JUSTIÇA CLIMÁTICA E SABERES TRADICIONAIS: O MANEJO INDÍGENA NO
RIO NEGRO SOB A ÓTICA DA TEORIA DE AMARTYA SEN**

**LOPES, M.C.[1]; LAGO, I.C.[2]; ROSSATO, L.C.[3]; SCHEID, E.[3]; ALMEIDA, S.
F.[3]**

Este trabalho trata de uma análise das mudanças climáticas e os saberes tradicionais, focada no manejo indígena no Rio Negro, sob a ótica da teoria de Amartya Sen. O autor, em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, trata das capacitações e liberdades substantivas, conceitos que nos permitem buscar compreender o bem-estar das comunidades indígenas para além das métricas econômicas (PIB), a relação entre justiça climática e a distribuição equitativa de custos e benefícios ambientais. Como os povos do Rio Negro exercem sua capacidade de ação (*agency*) na defesa de seus territórios e modos de vida tradicionais. O objetivo central é apresentar um panorama das discussões sobre as mudanças climáticas, verificando os impactos e o que tem sido feito efetivamente no país no combate às mudanças climáticas. Para atender aos objetivos propostos, a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, dados secundários no site da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN (entidade representativa dos 24 povos indígenas do Rio Negro), Instituto Socioambiental-ISA (instituição parceira de décadas da FOIRN) e site do governo brasileiro relacionado a Fundo Amazônia. Debates acerca das mudanças climáticas e suas implicações nos segmentos sociais não deveriam ser novidades na atualidade. A percepção das mudanças climáticas é evidente, porém a divergência surge ao tratar das causas e os motivos; para alguns é um caminho natural que o planeta terra passa de era em era por fenômenos extremos, sendo assim não haveria necessidade de mudança de atitude quanto ao modelo de produção e sociedade vigente. Para outros, a responsabilidade é da humanidade sim. Se a humanidade criou tecnologias e demandas que influenciam e aceleram as mudanças climáticas, caberia a ela assumir postura de mitigação das mudanças climáticas, que afeta indistintamente todos os setores sociais e seres vivos. Se ano após ano os indicadores econômicos atingiram recordes de arrecadação e as condições climáticas cada vez mais alarmantes, não seria o momento de aprofundar estudos em alternativas que considerem saberes tradicionais, conhecimentos empíricos de relacionamento equilibrado com a natureza na busca pela justiça climática? Como resultados e impactos efetivos verificou-se que os projetos das organizações indígenas quanto às iniciativas de manejo ambiental, não receberam atenção e repasses do governo federal. As atividades vinham sendo executadas por meio de

- [1] Marcivaldo Cardoso Lopes. Graduando do Curso de Administração. Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. E-mail: marcivaldo.lopes@estudante.uffs.edu.br.
- [2] Ivann Carlos Lago. Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. Doutor em Sociologia Política. E-mail: ivann@uffs.edu.br.
- [3] Luis Carlos Rossato. Técnico em Assuntos Educacionais. Mestre em Educação nas Ciências. Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. E-mail: luis.rossato@uffs.edu.br.
- [3] Elenice Scheid. Psicóloga. Especialista em Saúde Coletiva. Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. E-mail: elenicescheid@uffs.edu.br.
- [3] Sheila Florczak Almeida. Assistente Administrativa. Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. E-mail: sheila.almeida@uffs.edu.br.

investimentos majoritariamente do exterior como, Rainforest Foundation Norway, União Europeia, Embaixada da Noruega e Horizont 3000, por exemplo. No Rio Negro, a FOIRN e seus parceiros tem realizado, desde 2003, articulações para a realização e formalização de plano de desenvolvimento regional, conhecido por Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS-RN) contendo vários projetos experimentais com as quais queriam apresentar propostas de políticas públicas, antes mesmo da instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Esse cenário de falta de apoio governamental, vem melhorando nos últimos anos. Em 2025, dos 10,5 milhões, 9 milhões serão alocados para projetos com participação obrigatória de indígenas, alinhados ao Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, segundo dados da Agência BNDES de Notícias.

Palavras-chave: mudança climática; desenvolvimento sustentável; populações tradicionais; justiça climática.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais e Humanidades.

Origem: Ensino.

- [1] Marcivaldo Cardoso Lopes. Graduando do Curso de Administração. Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. E-mail: marcivaldo.lopes@estudante.uffs.edu.br.
- [2] Ivann Carlos Lago. Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. Doutor em Sociologia Política. E-mail: ivann@uffs.edu.br.
- [3] Luis Carlos Rossato. Técnico em Assuntos Educacionais. Mestre em Educação nas Ciências. Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. E-mail: luis.rossato@uffs.edu.br.
- [3] Elenice Scheid. Psicóloga. Especialista em Saúde Coletiva. Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. E-mail: elenicescheid@uffs.edu.br.
- [3] Sheila Florczak Almeida. Assistente Administrativa. Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Cerro Largo. E-mail: sheila.almeida@uffs.edu.br.